



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO, HUMANIDADES E SAÚDE (CEHS)
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

EVÂNIA PEREIRA DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA
UNIVERSIDADE (PAPU) PARA AS FAMÍLIAS UNIVERSITÁRIAS: um relato de
experiência.

Tocantinópolis/TO

2025

EVÂNIA PEREIRA DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA
UNIVERSIDADE (PAPU) PARA AS FAMÍLIAS UNIVERSITÁRIAS: um relato de
experiência.

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT),
Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS),
como requisito para obtenção do título de Graduação em
Pedagogia.

Orientação: Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes.

Tocantinópolis/TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Norte do
Tocantins - SIBi/ UFNT

P436c PEREIRA DA SILVA, EVÂNIA .
CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE APOIO À
PARENTALIDADE NA UNIVERSIDADE (PAPU) PARA AS
FAMÍLIAS UNIVERSITÁRIAS: um relato de experiência. /
EVÂNIA PEREIRA DA SILVA. - Centro de Educação, Humanidades
e Saúde - CEHS, TO, 2025.

48 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Pedagogia) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientador: Profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes.

1. Maternidade e Educação Superior. 2. Políticas de permanência
universitária. 3. Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade
(PAPU).

CDD 370


EVÂNIA PEREIRA DA SILVA

CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA DE APOIO À PARENTALIDADE NA
UNIVERSIDADE (PAPU) PARA AS FAMÍLIAS UNIVERSITÁRIAS: um relato de
experiência.


Monografia apresentada à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), curso de pedagogia. Foi avaliada para obtenção do título de Graduação em Pedagogia e aprovada em sua forma final pela orientadora e pela banca examinadora.

Aprovada no dia 22 de maio de 2025.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **CARLIENE FREITAS DA SILVA BERNARDES**
Data: 04/08/2025 11:24:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora Profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes
Docente do curso de Licenciatura em Educação Física do CEHS/UFNT.

Documento assinado digitalmente
 **ANA ROSA CARVALHO DE OLIVEIRA**
Data: 28/07/2025 16:51:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliadora Ma. Ana Rosa Carvalho Oliveira
Técnica Administrativa da UFNT.

Documento assinado digitalmente
 **SILENE FERREIRA CLARO**
Data: 04/08/2025 10:18:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Avaliadora Profa. Dra. Silene Ferreira Claro
Docente do curso de Pedagogia do CEHS/UFNT.

Tocantinópolis - TO

2025

Dedico este trabalho primeiramente às pessoas mais especiais da minha vida, que são os meus filhos, ao meu esposo e a minha mãe.

Dedico a cada um dos monitores que fizeram parte do PAPU no ano de 2024 (Ana Glaucia, Fabrícia, Fernanda Sousa, Helber Apinajé, Joel, Maria José Guajajara, Maria Fernanda, Mayra Dias e Melke Fabiana).

Dedico também às famílias ali acolhidas porque sem elas o PAPU não teria grande significado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder saúde e sabedoria ao longo de todo este processo.

Ao meu esposo, Isvaldo Rodrigues Viana, aos meus filhos, Gabriel Viana da Silva e Evellyn Gabriela Viana da Silva, à minha mãe, Iane Maria de Sousa, e a todos que me apoiaram, direta ou indiretamente, deixo minha sincera gratidão.

Manifesto profundo agradecimento à professora Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes, por sua orientação e apoio essenciais para a conclusão deste ciclo tão importante em minha vida.

Agradeço também aos amigos e colegas de turma. Em especial, à minha melhor amiga, Lionete da Silva Sousa, que esteve ao meu lado durante toda a trajetória acadêmica, incentivando-me a continuar e oferecendo apoio incondicional em cada etapa. Sua presença foi fundamental e inspiradora.

Por fim, agradeço a cada professor e professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que, ao compartilharem seus conhecimentos, se tornaram fonte de inspiração para que eu chegasse até aqui.

EPIGRAFE

Procuro me sentir feliz

Sabe por quê?

Porque eu não espero nada de ninguém

Expectativas sempre machucam

E a vida é curta

Então, ame sua vida e seja feliz

E mantenha sempre um sorriso no rosto

Aquele seu sorriso

Viva a vida pra você

E antes de falar, escute

Antes de escrever, pense

Antes de gastar, ganhe

Antes de orar, perdoe

Antes de magoar, sinta

Antes de odiar, ame

Antes de desistir, tente, tente

Antes de morrer

Viva, viva a vida

He yeah yeh (he yeah yeh (Bis)

Viva a vida!

Viva a vida!

(Felipe Duram)

RESUMO

A supervisão parental ou as atividades de cuidado com as crianças em diferentes configurações familiares (heteroparentais, homoparentais, monoparentais, avós e netos, famílias indígenas, quilombolas, dentre outras) promovem a sua sobrevivência e a manutenção da espécie humana. Construções históricas e culturais de gênero nas sociedades ocidentais promovem a Divisão Sexual do Trabalho delegando as atividades de cuidado às mulheres que assumem o desafio de conciliar a maternidade com a formação profissional e sua inserção no mercado de trabalho. O objetivo geral deste trabalho foi apresentar um relato das experiências ocorridas no Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) desenvolvido na Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT no Centro Universitário de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), localizado no Município de Tocantinópolis, durante o ano de 2023. Para responder os objetivos, utilizou-se as experiências pessoais como mãe estudante na Educação Básica e Superior, além das experiências como monitora brincante no PAPU CEHS, no ano de 2023, como fonte de pesquisa. O relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, onde o texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. As experiências como mãe estudante na Educação Básica e Superior revelam a necessidade de políticas de apoio à maternidade estudantil: licença maternidade estudantil; horários de aula flexíveis; abono de faltas quando filhos estão doentes; estrutura física como brinquedotecas, espaço de amamentação, banheiro família com fraldário e sanitários infantis; permissão para as mães levarem suas crianças no transporte universitário, dentre outras. Ser mãe e estudante exige resiliência, organização e uma rede de apoio que nem sempre está disponível. A vivência como mãe estudante demonstra que a permanência na Escola ou na Universidade se torna um ato de resistência. As experiências como monitora evidenciam que o PAPU traz contribuições para a formação dos monitores brincantes, para as crianças acolhidas e para as famílias universitárias. A monitoria permitiu aplicar os conhecimentos adquiridos durante a formação em Pedagogia, refletindo sobre as teorias educacionais; permitiu desenvolver pesquisas e extensão, fortalecendo o compromisso com a educação humanizada. Atuando com crianças em atividades lúdico-pedagógicas, foi possível perceber como as brincadeiras e o brincar é uma linguagem potente de aprendizado, capaz de estimular o desenvolvimento cognitivo, físico e psicossocial. Para as famílias universitárias, o PAPU contribuiu com o cuidado e o bem-estar dos seus filhos, enquanto desenvolviam as atividades acadêmicas. Conclui-se que as vivências como mãe estudante e monitora brincante foram experiências desafiadoras e formativas, contribuindo, significativamente, para a construção de uma identidade profissional mais consciente, crítica e engajada na transformação da realidade social.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Maternidades. Parentalidade. Educação Superior.

ABSTRACT

Parental supervision and child care in different family settings (heteroparental, homoparental, single-parent, grandparents and grandchildren, Indigenous, quilombola, among others) promote children's survival and the maintenance of the human species. Historical and cultural gender constructions in Western societies have reinforced the Sexual Division of Labor, assigning caregiving tasks to women, who face the challenge of balancing motherhood with professional training and labor market participation. The main objective of this work was to present a report of the experiences within the Parental Support Program at the University (PAPU), developed at the Federal University of Northern Tocantins – UFNT, in the Center for Education, Humanities and Health (CEHS), located in the municipality of Tocantinópolis, during the year 2023. To meet the objectives, the research draws from personal experiences as a student-mother in both Basic and Higher Education, as well as experiences as a playful monitor in the PAPU CEHS. The experience report is a form of knowledge production, in which the text describes academic and/or professional experiences based on one of the pillars of university education (teaching, research, and outreach), characterized by the description of the intervention. The experiences as a student-mother reveal the need for support policies for motherhood in academic settings: student maternity leave; flexible class schedules; justified absences when children are ill; physical infrastructure such as playrooms, breastfeeding spaces, family bathrooms with changing tables and children's toilets; and permission for mothers to bring their children on university transport, among others. Being a mother and a student requires resilience, organization, and a support network that is not always available. The experience demonstrates that remaining in school or at the university is an act of resistance. The experiences as a monitor show that PAPU contributes to the training of playful monitors, to the development of children, and to the well-being of university families. The monitoring role enabled the application of knowledge acquired during the Pedagogy degree, reflection on educational theories, and the development of research and outreach, strengthening the commitment to humanized education. By engaging in playful-pedagogical activities, it was possible to perceive how play is a powerful learning language, capable of stimulating cognitive, physical, and psychosocial development. For university families, PAPU supported child care and well-being, allowing parents to carry out academic activities. It is concluded that the experiences as a student-mother and playful monitor were both challenging and formative, contributing significantly to the development of a more conscious, critical, and socially engaged professional identity.

Keyword: Gender Relations. Motherhood. Parenthood. Higher Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Espaços físicos de acolhimento das famílias universitárias no CEHS/UFNT.....	31
Figura 02 – I Encontro de Famílias do CEHS, 2023.....	34
Figura 03 – Chá das Famílias Universitárias, 2023.....	35
Figura 04 – PAPU itinerante no TEIA – UFNT, 2023.....	36
Figura 05 – Escala de trabalho dos monitores brincantes, 2023.....	38
Figura 06 – Atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas durante o acolhimento em 2023.....	39
Figura 07 – Formulário de Monitoria do PAPU, 2023.....	40
Figura 08 – Equipe parcial de monitores brincantes em conjunto com a coordenação e supervisão do PAPU CEHS, 2023.....	42
Figura 09 – Oficinas de formação de monitores brincantes, 2023.....	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEHS	Centro de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis
DAEP	Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAPU	Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PROPEPE	Programa de Permanência Parental na Educação
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TEIA	Seminário Integrador Ciência e Sociedade
UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: o lugar e o status das atividades de cuidado	16
2.1 Os desafios das mães estudantes na Educação Superior	19
2.2 Tornei-me Mãe, e agora? Minha trajetória como mãe estudante na UFT/UFNT	22
3. O TRABALHO COMO MONITORA BRINCANTE NO PAPU: reflexões sobre as contribuições do programa	29
3.1 Contribuições do PAPU para as famílias universitárias no CEHS.....	31
3.2 Contribuições do PAPU para as crianças acolhidas	36
3.3 Contribuições do PAPU para as(os) monitoras(es) brincantes.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	44

1. INTRODUÇÃO

A temática da parentalidade ganhou visibilidade na UFNT¹ a partir de debates² promovidos por servidoras e discentes no segundo semestre de 2022 sobre políticas de apoio à parentalidade na Universidade. Foram realizadas quatro *lives* que debateram sobre: 1) acolhimento de Crianças na Universidade como política de apoio à Parentalidade: da brinquedoteca à creche³; 2) diálogos possíveis entre os espaços brincantes da UFNT no Centro Universitário de Tocantinópolis, Brinquedoteca Mário de Andrade (Laboratório do curso de Pedagogia) e o Espaço Ciranda (Laboratório do curso de Educação do Campo) como política de apoio à parentalidade⁴; 3) como conciliar o exercício da Parentalidade na Universidade com as atividades de cuidado, os estudos e o trabalho⁵; e 4) sobre as trajetórias de mães negras e indígenas na Universidade⁶.

O ciclo de debates permitiu a visibilidade da temática; a sensibilização da comunidade acadêmica sobre a divisão sexual do trabalho, sobretudo quanto à sobrecarga das mulheres nas atividades de cuidado e a interferência no seu desempenho acadêmico e profissional; a inserção de novas pesquisadoras servidoras e estudantes nos grupos de discussões; e a adesão de gestores (as) na proposição de políticas de apoio à parentalidade na UFNT (Bernardes; Oliveira; Silva, 2024).

Nesse contexto, a Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP/UFNT) iniciou, em dezembro de 2022, um Grupo de Trabalho (GT) para criar e implementar ações que fortalecessem o exercício da parentalidade no Ensino Superior, com foco especial em políticas de permanência estudantil materna (Bernardes; Oliveira; Silva, 2024; Freire et al. 2024).

¹ A Universidade Federal do Norte do Tocantins foi criada pela Lei 13.856/2019, por desmembramento dos Campus de Araguaína e de Tocantinópolis da Universidade Federal do Tocantins (UFT). A Lei ainda prevê a criação das unidades da UFNT nos Municípios de Guaraí e Xambioá, Tocantins.

² O evento foi denominado 1º Ciclo de Debates sobre Políticas de Apoio à Parentalidade na Universidade, realizado de forma online, de agosto a dezembro de 2022, totalizando quatro *lives*.

³ Primeira *Live* disponível no canal da UFNT: <https://www.youtube.com/watch?v=w6XLnt2asOc>. Acesso em 06 junho 2025.

⁴ Segunda *Live* disponível no canal da UFNT: <https://www.youtube.com/watch?v=OPLAp9jZaUE>. Acesso em 06 junho 2025.

⁵ Terceira *Live* disponível no canal da UFNT: <https://www.youtube.com/watch?v=QTloHcJlwuk>. Acesso em 06 junho 2025.

⁶ Quarta *Live* disponível no canal da UFNT: <https://www.youtube.com/watch?v=LG7ziAx9Iz0>. Acesso em 06 junho 2025.

Compreende-se parentalidade como o conjunto de atividades de cuidado exercidas por homens e mulheres em diferentes configurações familiares: heteroparentais, homoparentais, monoparentais femininas ou masculinas, avós e netos, recasamentos, instituições de acolhimento, famílias indígenas, quilombolas, entre outras, com o objetivo de garantir a sobrevivência e a formação integral de crianças, sejam elas consanguíneas ou adotivas (DAEP, 2025).

A partir das reflexões promovidas pelo GT de Parentalidade da UFNT, iniciou-se a criação de ações que apoiassem a permanência de estudantes, mães e pais, na Universidade. Uma dessas ações foi a criação de um programa de extensão denominado Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) que se tornou, a partir de 2023, uma política institucional sob a gestão da Coordenação de Gênero e Diversidade da DAEP⁷. O PAPU envolve um conjunto de estruturas físicas (Brinquedotecas⁸, Banheiro Família, Espaço Amamentação) e atividades (acolhimento de crianças, formação de monitores brincantes e orientações à comunidade acadêmica)⁹ que buscam promover o acolhimento das famílias universitárias (Bernardes; Oliveira; Silva, 2024; DAEP, 2025).

Conciliar o exercício da maternidade com os estudos na Universidade é um desafio para as estudantes mães da graduação, que muitas vezes não contam com redes de apoio para cuidar de seus filhos e filhas. A situação torna-se ainda mais complexa para mães indígenas, que enfrentam os desafios da maternidade somados às barreiras culturais e estruturais para permanecerem na Universidade (Silva et al., 2023; Silva et al., 2024).

De forma interseccional, as estudantes negras também vivenciam intensamente essas dificuldades, pois acumulam marcadores sociais que reforçam desigualdades de gênero, raça e classe. Como mulher negra, mãe e estudante, a autora desta monografia compartilha experiências semelhantes às vivenciadas por mães indígenas, revelando que ambas enfrentam barreiras múltiplas à permanência acadêmica, e que o PAPU pode ser um espaço de acolhimento e resistência para diferentes sujeitos marginalizados.

⁷ Para mais informações ver sítio da DAEP: <https://ufnt.edu.br/daep-coordenacao-de-genero-e-diversidade/>.

⁸ Em 2023, com a criação do PAPU, os espaços brincantes, Brinquedoteca Mário de Andrade e Ciranda Infantil, foram compartilhados com o programa. A Brinquedoteca Mário de Andrade é um Laboratório do curso de Pedagogia criado em 2005 (UFNT, 2023), localizado no CEHS/UFNT, Unidade Babaçu. A Ciranda Infantil é um laboratório do curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFNT, 2023), localizado no CEHS/UFNT, Unidade Centro.

⁹ Essas atividades desenvolvidas pelo PAPU serão descritas com detalhes na Seção 3 desta monografia - O TRABALHO COMO MONITORA BRINCANTE NO PAPU: reflexões sobre as contribuições do programa.

As experiências pessoais como mulher negra, mãe de duas crianças, estudante do curso de Pedagogia do Centro Universitário de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis - CEHS/UFNT, monitora brincante do PAPU e pesquisadora das relações de parentalidade na Universidade despertaram várias indagações: será que os acolhimentos das crianças pelo PAPU, durante o período acadêmico, trazem benefícios para as famílias universitárias, principalmente para os discentes? Será que as mães estudantes do CEHS conseguem exercer suas atividades acadêmicas e permanecer na Universidade, enquanto seus filhos estão com monitores brincantes no PAPU desenvolvendo alguma atividade lúdico-pedagógica? Quais as contribuições do PAPU para as crianças e os monitores brincantes envolvidos no Programa?

O interesse pelas contribuições que o PAPU traz às famílias universitárias surgiu após ter sido monitora brincante do Programa, pelo período de 2023 a 2024, e, ao mesmo tempo, ter sido família universitária cadastrada no Programa para o acolhimento dos filhos(as) enquanto desenvolvia as atividades acadêmicas. As reflexões também partiram da vivência como mãe estudante participante do Coletivo PAPU — movimento político de mães estudantes e servidoras que lutam por políticas de apoio às maternidades na Universidade —, como participante do Chá das Famílias, e como pesquisadora no NEGET — Núcleo de Estudos de Gênero, Educação e Trabalho.

Durante essas atividades, foram realizadas duas publicações no TEIA UFNT – Seminário Integrado Ciência e Sociedade: em 2023, com o trabalho “*Maternidade, estudos e as contribuições do PAPU: um relato das experiências em Tocantinópolis*”; e em 2024, com o trabalho “*Acolhimento infantil no PAPU Tocantinópolis: a quem beneficia?*” — ambos premiados como trabalhos de destaque na extensão universitária. Também houve participação em evento de destaque nacional e internacional organizado pelo *Parent in Science*¹⁰, o IV Simpósio Brasileiro de Maternidade e Ciência, com o trabalho “*Ser mãe indígena na UFNT: construindo redes de apoio com o PAPU*”, que destacou os desafios enfrentados por mães indígenas na Universidade. Todos esses trabalhos serviram de inspiração para a construção desta pesquisa.

A pesquisa aqui desenvolvida torna-se relevante por ressaltar a importância do PAPU para as famílias universitárias acolhidas, para os monitores brincantes e para as crianças que

¹⁰ O *Parent in Science* é um grupo brasileiro de pesquisadoras(es) e ativistas que pesquisam sobre o tema da parentalidade no contexto da academia e das Ciências e lutam por políticas que apoiem a parentalidade na Educação Superior no Brasil. Para mais informações: <https://www.parentinscience.com/>.

frequentam diariamente o Programa. O PAPU consolida-se como uma política de permanência estudantil no Ensino Superior e se apresenta como referência para outras Instituições de Educação Superior (IES).

O objetivo geral deste trabalho é apresentar um relato das experiências vividas pela autora enquanto mãe universitária e monitora brincante do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), desenvolvido na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), no Centro Universitário de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS), localizado no município de Tocantinópolis, durante o ano de 2023.

De forma específica, este trabalho objetiva:

- problematizar o exercício da maternidade, sua relação com a divisão sexual do trabalho e com os estudos universitários;
- apresentar a implementação das políticas de apoio à parentalidade na UFNT, com foco específico no PAPU;
- relatar as contribuições do PAPU para as mães universitárias, as crianças acolhidas e as(os) monitoras(es) brincantes.

Para responder os objetivos, utilizou-se as experiências como fonte de pesquisa. Trata-se, especificamente, das vivências da autora como mãe estudante na Educação Básica e Superior, e como monitora brincante no Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU), no CEHS/UFNT, durante o ano de 2023. Segundo Mussi, Flores e Almeida (2021), “o relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção” (p. 65). Os autores afirmam que, na construção do estudo, é imprescindível conter embasamento científico e reflexão crítica. Tal como outras publicações científicas — relatório de pesquisa, monografia, dissertação, tese e artigo —, o relato de experiência deve conter introdução, material e métodos, resultados, discussão e conclusões. Assim, as experiências serão apresentadas em primeira pessoa, com diálogo constante com a literatura científica que embasa a discussão.

Esta monografia está organizada em três seções. Na primeira, intitulada “Divisão sexual do trabalho: o lugar e o status das atividades de cuidado”, abordam-se os estudos sobre a divisão sexual do trabalho — em especial, sobre o lugar e o status das atividades de cuidado — e os desafios enfrentados por mães estudantes na Educação Superior. Na segunda seção, “Tornei-

me mãe, e agora? Minha trajetória como mãe estudante na UFT/UFNT”, apresentamos a trajetória da autora como mãe estudante na Educação Básica e Superior. Por fim, a terceira seção, “O trabalho como monitora brincante no PAPU: reflexões sobre as contribuições do programa”, discute as contribuições do PAPU para as famílias universitárias, as crianças acolhidas e as(os) monitoras(es) brincantes. Na terceira e última seção, “Considerações finais”, são apresentadas as contribuições da pesquisa, os desafios enfrentados em sua realização e a necessidade de investigações futuras sobre a temática.

2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: o lugar e o status das atividades de cuidado

A divisão sexual do trabalho está associada a diferentes formas de organização do trabalho, incluindo as atividades de cuidado e as ocupações formais e/ou informais desempenhadas por homens e mulheres. Danièle Kergoat (2016) explica que o cuidado não é apenas uma atitude de atenção em relação aos outros, mas sim um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações, consistindo em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Pode ser definido como “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem” (Kergoat, 2016, p. 17).

Nesse contexto, observa-se que as atividades de cuidado são distribuídas segundo recortes de gênero, atribuindo-se às mulheres as tarefas de cuidado com a casa, alimentação, limpeza, filhos e o apoio emocional ao esposo. Aos homens, por sua vez, são atribuídas as tarefas externas ao lar, voltadas ao sustento financeiro da família. Quando em casa, ocupam-se das atividades que exigem força física, como limpar o quintal ou reformar a casa. Essa divisão manifesta-se de forma desigual, pois os homens, além de ocuparem cargos de maior prestígio social, também recebem os maiores salários. As mulheres, por outro lado, enfrentam o desafio constante de conciliar sua formação e carreira profissional com uma sobrecarga de atividades de cuidado com filhos, casa, esposo, idosos, pessoas doentes e com deficiência, dentre outros.

O tema divisão sexual do trabalho é amplamente discutido por autoras feministas, por se tratar de uma questão estrutural que aprofunda as desigualdades entre homens e mulheres. Trata-se de um problema social que deve ser enfrentado e superado por toda a sociedade. A pensadora feminista marxista Danièle Kergoat (2009) define o conceito da seguinte forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (Kergoat, 2009, p.67).

A autora compreende as relações sociais de sexo como correspondentes ao conceito de gênero. Nesse modelo, os homens tendem a ocupar cargos que demandam poder e prestígio, enquanto as mulheres são designadas para funções relacionadas ao cuidado, como cuidar dos filhos, da casa e do marido.

Danièle Kergoat (2009) ainda aponta que a divisão sexual do trabalho se baseia em dois princípios: o de separação e o de hierarquização. Trata-se de uma construção social, cultural e histórica, reproduzida ao longo de gerações e observada tanto em sociedades ocidentais quanto orientais, como na França, Brasil e Japão. O princípio da separação refere-se à ideia de que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres; o da hierarquização estabelece que os trabalhos tradicionalmente masculinos são mais valorizados social e economicamente. Ambos os princípios se sustentam por meio da ideologia naturalista, que reduz o gênero ao sexo biológico, naturalizando os “papéis sociais” atribuídos a homens e mulheres e reforçando a desigualdade.

O princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). [...] Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (Kergoat, 2009, p. 59).

Dessa forma, observa-se que as mulheres enfrentam grandes dificuldades para conciliar a vida privada — os cuidados com a casa, os filhos e a vida conjugal — com a vida pública, como a formação acadêmica e a carreira profissional. De acordo com o IBGE (2024), as mulheres dedicam, em média, 21 horas semanais às atividades de cuidado, enquanto os homens apenas 11 horas. Além disso, enfrentam desigualdades mais acentuadas que os homens, especialmente as mulheres pretas e pardas, que: possuem menor inserção no mercado de trabalho; recebem salários inferiores; ocupam cargos de menor prestígio social; estão mais presentes em atividades informais e menos em cargos de liderança, tanto na gestão pública quanto na iniciativa privada.

A maior dedicação às atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos acaba por restringir uma participação mais ampla das mulheres no mercado de trabalho. Em 2022, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade no mercado de trabalho (ocupadas ou em busca de trabalho e disponíveis para

trabalhar) foi de 53,3%, enquanto entre os homens esta medida chegou a 73,2%, em média, uma diferença de 19,8 pontos percentuais. Esse patamar elevado de desigualdade se manifestou tanto entre mulheres e homens brancos quanto entre pretos ou pardos. Entre as mulheres de 15 a 24 anos, 23,0% não estavam ocupadas, não estudavam e não estavam em treinamento (26,6% entre pretas ou pardas), enquanto entre os homens na mesma faixa etária esse percentual foi de 14,6%. (IBGE, 2024, p.3)

Esses dados evidenciam que as mulheres enfrentam barreiras adicionais de acesso e permanência no mercado de trabalho, pois acumulam responsabilidades domésticas e de cuidado, o que penaliza sua frequência e limita suas possibilidades de inserção, permanência e progressão na carreira profissional, incluindo desde a etapa da formação.

A cientista política Flávia Biroli (2018) tece críticas à romantização da maternidade, ou seja, à construção social da mulher como uma mãe naturalmente dedicada aos cuidados por amor incondicional à família. Ela explica que o trabalho de cuidado, frequentemente realizado de forma gratuita, libera os homens dessas responsabilidades e sobrecarrega as mulheres, restringindo sua atuação em outras esferas da vida, inclusive a política:

O que levou boa parte do feminismo à crítica da maternidade é que ela tem sido historicamente definida pela divisão do trabalho, sobrecarregando, assim, as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida, enquanto libera os homens das responsabilidades e do trabalho envolvidos no cuidado das crianças. Por isso é que se transforma em fator de vulnerabilidade para as mulheres. Essa dedicação desigual de tempo e energia desdobra-se em maiores dificuldades para elas no exercício do trabalho remunerado. Implica também restrições no envolvimento com outras dimensões da vida pública, como a política. Desse modo, dada a forma como é definida a responsabilidade pela criação das crianças, a maternidade é um fator que reduz a autonomia relativa, individual e coletiva, das mulheres. As tensões entre maternidade e trabalho remunerado, ou entre maternidade e atuação política, não são vivenciadas da mesma maneira pelos homens que são pais, justamente porque deles se espera menos ou muito pouco no cotidiano da criação dos filhos, ainda que a divisão convencional implique a atribuição a eles do papel de provedor (Biroli, 2018, p. 107).

A autora destaca que nos relacionamentos heterossexuais, os cônjuges podem se tornar um peso a mais para as mulheres, uma vez que contribuem pouco para a divisão das tarefas domésticas. A concepção de que “trabalho doméstico” é atribuição exclusiva das mulheres ainda constitui um paradigma profundamente enraizado, que precisa ser superado. Isso demonstra que, em pleno século XXI, a sociedade brasileira ainda é patriarcal.¹¹

Diante desse cenário, problematizar o exercício da maternidade em sua estreita relação com a divisão sexual do trabalho é essencial para compreender os entraves enfrentados pelas

¹¹ O que é sociedade patriarcal: “nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”. (Delphy, 2009, p.173).

mulheres — especialmente pelas mães — para ingressar, permanecer e progredir na Educação Superior. Tais desafios evidenciam a urgência de políticas institucionais de apoio à parentalidade, com atenção especial à maternidade.

2.1 Os desafios das mães estudantes na Educação Superior

A divisão sexual do trabalho e a centralidade da atividade de cuidado têm sido objeto de análise por diversas autoras feministas. Segundo Biroli (2018), pesquisadoras como Danièle Kergoat e Helena Hirata contribuíram significativamente para a compreensão dessas dinâmicas, ao evidenciarem que o cuidado não é apenas uma ação cotidiana, mas uma construção social e histórica profundamente vinculada às desigualdades de gênero, raça e classe.

Observa-se que as atividades de cuidado englobam um conjunto de práticas voltadas ao atendimento das necessidades de outras pessoas, tais como filhos, cônjuge, idosos, entre outros. Essas práticas se dividem em físicas, como alimentar, vestir e cuidar da higiene, e emocionais, como oferecer afeto, apoio e escuta.

No exercício das atividades de cuidado, ainda é possível perceber uma divisão clara, especialmente no que diz respeito aos afazeres domésticos e aos cuidados com as crianças. Muitas vezes, essa situação faz com que as mulheres coloquem seus próprios objetivos em segundo plano, como a formação educacional e o desenvolvimento de suas carreiras profissionais. É comum que elas só retomem esses objetivos depois que seus filhos crescem, enquanto seus parceiros frequentemente conseguem alcançar sucesso nos estudos e na carreira profissional com menos interrupções, já que não compartilham das mesmas responsabilidades domésticas e familiares (Biroli, 2018).

Esse tipo de atividade constitui um exemplo emblemático da divisão sexual do trabalho, que historicamente atribui às mulheres a responsabilidade por tarefas relacionadas ao cuidado, reforçando as desigualdades de gênero. Enquanto essas práticas são consideradas extensões naturais do papel feminino, como a limpeza da casa, o cuidado com os filhos e os afazeres domésticos, os homens são predominantemente direcionados ao trabalho remunerado fora do lar, em atividades valorizadas social e economicamente.

Essa divisão não apenas perpetua desigualdades, como também invisibiliza o valor do trabalho de cuidado — essencial para o bem-estar social e a manutenção da vida cotidiana —, mas muitas vezes desprovido de reconhecimento ou remuneração justa. De acordo com a

perspectiva da economia feminista, esse trabalho, embora não assalariado, possui valor econômico, pois garante a reprodução da força de trabalho e sustenta os demais setores produtivos da sociedade. Silvia Federici (2019) aponta que “a ausência de um salário para o trabalho que realizamos em casa é também a causa primária para a nossa fraqueza no mercado de trabalho assalariado” (p. 74). O trabalho doméstico gratuito, segundo a autora, não apenas sustenta a estrutura econômica capitalista, como naturaliza a ideia de que esse cuidado é uma obrigação feminina, transferindo para o mercado de trabalho formal a lógica da desvalorização e da exploração do trabalho feminino.

Nesse cenário de sobrecarga e invisibilidade, insere-se a realidade das mães estudantes na Educação Superior. Elas enfrentam o desafio de conciliar uma dupla ou até tripla jornada de trabalho: o cuidado com os filhos, as demandas domésticas e a exigência acadêmica. Assim, a maternidade, quando vivenciada no contexto universitário, tende a ser marcada por sentimentos de culpa, exaustão e, por vezes, abandono dos estudos. Essa situação torna-se ainda mais crítica diante da ausência de políticas institucionais adequadas que ofereçam suporte a essas estudantes.

As maternidades são vivenciadas de maneiras diversas pelas diferentes mulheres, como é o caso das mães estudantes indígenas, que precisam adaptar-se ao novo ambiente fora de sua realidade étnico-cultural. Apesar da política de cotas garantir a inserção de estudantes indígenas na Educação Superior, a permanência dessas estudantes nas Universidades tem sido um grande desafio devido ao não domínio da língua portuguesa; às diferenças culturais; ao baixo nível educacional dos indígenas aldeados; à discriminação por parte de colegas não indígenas; à dependência de bolsas de estudo, moradia e alimentação; ao pouco preparo da equipe docente, dentre outros (Carvalho, 2020).

Para as mães indígenas, soma-se ainda outro fator que dificulta sua permanência: o cuidado com as crianças enquanto estão longe das aldeias, sem a rede de apoio oferecida por sua comunidade de origem (Silva et al., 2024).

Esses desafios revelam como o ambiente universitário ainda é moldado por uma lógica que desconsidera a presença das maternidades, especialmente quando atravessadas por marcadores como classe, raça e etnia. As estruturas das Universidades foram historicamente criadas para sujeitos “desvinculados” de responsabilidades domésticas e reprodutivas,

principalmente homens brancos de estratos sociais elevados, o que exclui e marginaliza, na prática, mães estudantes que não se encaixam nesse perfil idealizado.

Pricila Santos (2020) ao investigar sobre as perspectivas da evasão estudantil na Educação Superior e os desafios que os(as) estudantes enfrentam durante a formação, destaca que a mudança de estado civil e o tornar-se mãe ou pai são motivos para o abandono dos estudos universitários.

Pâmela Carpes *et. al.* (2022) defendem, a partir de estudos científicos sobre o impacto da parentalidade na carreira de homens e mulheres como cientistas, que “a maternidade acaba por penalizar as mulheres, enquanto a paternidade não tem a mesma consequência na carreira profissional dos homens”. As cientistas diminuem a produtividade quando se tornam mães, o que se agrava quando a maternidade é atípica (filhos com deficiência), quando são negras, possuem alguma deficiência, apresentam orientação sexual homossexual ou de identidade de gênero trans.

Compreender, portanto, que o cuidado é um trabalho com profundas implicações econômicas, sociais e emocionais, torna-se imprescindível para o enfrentamento das desigualdades vividas pelas mães estudantes. Políticas de apoio à parentalidade no ensino superior — como creches universitárias, bolsas específicas, flexibilização de horários, espaços de amamentação e atendimento psicossocial — são estratégias urgentes para garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a equidade de oportunidades.

Uma dessas estratégias é a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), atualizada pela Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024 no âmbito do Ministério da Educação (Brasil, 2024), que possui a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência e conclusão das(os) estudantes nos cursos de Educação Superior e da Educação Profissional, Científica e Tecnológica da rede pública federal.

A partir dos grupos de pesquisadoras, dos movimentos sociais e dos coletivos de mães e servidoras das Universidades Federais, incluindo o Coletivo PAPU¹², acrescentou-se na PNAES (Brasil, 2024) o PROPEPE - Programa de Permanência Parental na Educação, o qual preconiza que as IES federais criem infraestruturas físicas e de acolhimento direcionadas às

¹² Para mais informações: <https://ufnt.edu.br/2024/01/30/coletivo-papu-ufnt-representa-maes-estudantes-da-regiao-norte-no-mec/>. Acesso em: 28 julho 2025.

necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (Art. 22).

Apesar da PNAES não se aplicar a todas as IES públicas e privadas, a previsão de criação do PROPEPE nas instituições federais de ensino superior é uma conquista importante ao reconhecer os desafios enfrentados pelas mães estudantes para permanecerem na Educação Superior.

Observou-se ao longo desta seção que os desafios enfrentados pelas mães estudantes não são apenas individuais, mas estruturais. Eles evidenciam a necessidade de repensar o modelo acadêmico vigente à luz das contribuições feministas, especialmente daquelas que denunciam como o sistema capitalista e patriarcal marginaliza e sobrecarrega as mulheres que decidem maternar e estudar. Assim, reconhecer o valor do trabalho de cuidado é, também, reconhecer o direito dessas mulheres ao estudo, à autonomia e ao futuro.

2.2 Tornei-me Mãe, e agora? Minha trajetória como mãe estudante na UFT/UFNT

Me chamo Evânia Pereira da Silva, tenho 32 anos, sou uma mulher cisgênero¹³, heterossexual,¹⁴ pertencente à população negra, venho de uma família de estrato social baixo, tenho três irmãos (uma irmã e dois irmãos) e fomos criados somente pela nossa mãe, numa configuração familiar monoparental feminina¹⁵. Sou paraense de nascimento, mas tocanopolina de coração, morando há 17 anos neste Município.

Minha infância foi atravessada pela violência doméstica. Minha mãe separou-se do meu pai quando eu tinha três anos de idade. Morávamos em um povoado próximo ao município de

¹³ Mulher cisgênero é aquela que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, foi designada do sexo feminino ao nascimento e se reconhece como mulher ao longo da vida. O termo *cisgênero* é utilizado para diferenciar pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo biológico de nascimento, em contraste com pessoas transgênero, cuja identidade de gênero difere desse sexo (Brasil, 2018).

¹⁴Heterossexual é a pessoa cuja orientação sexual se caracteriza pela atração afetiva e/ou sexual por indivíduos do sexo/gênero oposto. A heterossexualidade é socialmente reconhecida como a forma predominante e, historicamente, normatizada de expressão da sexualidade nas sociedades ocidentais (Brasil, 2018).

¹⁵Famílias monoparentais são aquelas constituídas por apenas um dos genitores responsável pela criação e educação dos filhos, decorrendo de situações como separação, divórcio, viuvez, abandono ou por opção individual. Essas famílias enfrentam desafios emocionais, financeiros e de sobrecarga, pois o genitor solo acumula funções domésticas e profissionais. A Constituição Federal brasileira (art. 226, § 4º) reconhece juridicamente essa configuração familiar. Fonte: RAMOS PINTO, Antônio Carlos. Família monoparental: o que é, desafios e direitos garantidos pela lei. *Direito da Família, Ramos Pinto Advocacia e Consultoria*, 02 de setembro de 2024. Disponível em: <https://direitodafamilia.com.br/geral/familia-monoparental/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Marabá - PA, e minha mãe nos deixava sob os cuidados da minha avó materna e minha irmã mais velha, para trabalhar na cidade e nos sustentar financeiramente. Vivenciei os desafios da minha mãe, como mãe solo, ao tentar conciliar os cuidados materiais, educacionais e de apoio aos filhos. E ela conseguiu graças ao apoio da minha avó, que também foi mãe solo (criou doze filhos sozinha, na roça) e da minha irmã mais velha. Tenho três grandes mulheres que me inspiram: minha avó, minha mãe e minha irmã!

Sou esposa, fui morar junto com meu esposo aos 16 anos de idade, no ano de 2009, e oficializamos o casamento, somente, em 2021. Sou mãe do Gabriel Viana da Silva que nasceu quando eu cursava o quarto ano do Ensino Médio Técnico, no ano de 2012. Na época, cursei Técnico em Enfermagem integrado ao Ensino Médio, com duração de 4 anos, no Centro de Ensino Médio Deputado Darcy Marinho em Tocantinópolis-TO.

Quando engravidei no Ensino Médio, foi espantoso para mim mesma, mas não para as pessoas que estavam ao meu redor, pois sabiam que eu já morava junto com meu esposo há 3 anos e que a qualquer momento poderia engravidar. Apesar de não usar nenhum contraceptivo, eu não desejava a gravidez naquele momento, pois eu e meus colegas estávamos entusiasmados para terminar o curso e adentrar no Ensino Superior.

Tive uma gestação tranquila! Como o curso que eu estudava era da área da Saúde, os docentes sempre me orientaram sobre a gestação quando eu precisava. Foquei nos estudos e, ao mesmo tempo, na maternidade. Faltava às aulas algumas vezes para fazer acompanhamento do pré-natal até o final da gestação, mas isso não impactou no meu desempenho, pois tirava as melhores notas.

O que mais me impactou foi não conseguir a vaga de trabalho no BASA (Banco da Amazônia). Os alunos que tiravam as melhores notas eram recompensados de alguma forma, e eu fui escolhida para trabalhar no BASA. No entanto, não cheguei a assumir o trabalho por saberem que eu estava grávida. Esse episódio revela, de maneira concreta, como a maternidade pode funcionar como barreira simbólica e estrutural à inserção profissional das mulheres.

Biroli (2018) afirma que a maternidade é historicamente associada à restrição da autonomia das mulheres e à limitação de sua participação em outras esferas da vida pública. Essa concepção patriarcal reforça a ideia de que mulheres mães não são tão produtivas ou confiáveis quanto os homens, especialmente no mercado de trabalho.

Infelizmente, esse tipo de situação não é isolado. A recusa ou exclusão de mulheres grávidas em processos de inserção profissional revela uma forma de violência simbólica e estrutural, própria de uma lógica patriarcal e capitalista que associa a maternidade à incapacidade produtiva (Biroli, 2018; Federici, 2019). Trata-se de uma prática discriminatória que reforça a desigualdade de gênero no mundo do trabalho, negando às mulheres o direito de conciliar maternidade, a formação acadêmica e a vida profissional.

O nascimento do Gabriel foi parto normal e aconteceu nos últimos dias de férias escolares, no mês de julho de 2012. Os meus professores de Enfermagem, que também trabalhavam no SUS, realizavam visitas domiciliares regulares e orientavam quanto às atividades escolares em domicílio. Fiquei afastada da escola por 21 dias apenas, pois eu não sabia se podia ficar afastada por mais tempo, ou seja, não sabia da existência do direito ao regime especial (Exercícios Domiciliares por 90 dias)¹⁶ para mães gestantes e lactantes. Também queria voltar rápido para a escola, pois pretendia terminar o Ensino Médio no tempo certo.

O aleitamento materno foi desafiante! Amamentei o Gabriel até 1 ano e 8 meses. De segunda à sexta-feira eu o levava para a Escola. Eu usava o transporte escolar público que parava na porta da minha casa e a monitora me ajudava a colocar o carrinho de bebê dentro do ônibus. Quando chegávamos na escola, a monitora me ajudava, novamente, a descer e montar o carrinho. Não tinha ajudante ou rede de apoio específica para nos acompanhar durante as aulas, eram os meus colegas que me apoiaram quando eu precisava. Como o Gabriel só mamava no peito, era muito fácil de lidar com ele, tinha uma imunidade muito boa, não adoecia. Às vezes ele chorava por causa do calor e pela necessidade de higiene, por isso eu o banhava na pia do banheiro feminino da escola que não era adaptado para crianças. De modo geral, durante as aulas não houve queixas dos colegas de sala, nem dos docentes e nenhum impedimento da escola para estudar por causa da maternidade. Assim ficamos na rotina por quatro (4) meses, até o mês de dezembro de 2012.

O meu sonho de criança sempre foi ser professora, mas após concluir o curso Técnico em Enfermagem, no ano de 2012, veio o desejo de adentrar no curso superior de Enfermagem numa Faculdade particular em Araguaína - TO. Fiz o Exame Nacional do Ensino Médio

¹⁶ A Lei 6.202/1975 preconiza que estudantes grávidas podem ter aulas domiciliares por 90 dias contados a partir do oitavo mês de gestação ou após o parto, a partir de atestado médico. Os exames escolares poderão ser realizados após o término do regime especial. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/03/leis/1970-1979/l6202.htm>. Acesso em: 07 março 2025.

(ENEM), lancei minha nota e tive a felicidade de ser aprovada no início de 2013, mas não me matriculei. O Gabriel era pequeno, meu esposo não concordava em mudar para outro município em função da ausência de rede de apoio na cidade de Araguaína e por estar trabalhando na cidade de Palmas - TO. Então, o tão desejado curso superior de Enfermagem ficou pra depois, em função do contexto do casamento e da maternidade.

Durante 2013 e 2014 dediquei-me ao trabalho doméstico, cuidando dos filhos, do esposo e dos afazeres do lar. No ano de 2014 tive minha segunda gestação. Evellyn Gabriela Viana da Silva nasceu em outubro de 2014. Mais uma vez, meus planos de adentrar no Ensino Superior foram deixados de lado por causa das atividades de cuidado. Essa situação evidencia como a maternidade, associada à ausência de uma rede de apoio institucional, compromete a continuidade da formação acadêmica das mulheres. Trata-se de uma realidade marcada por desigualdades estruturais, nas quais os encargos reprodutivos e afetivos recaem desproporcionalmente sobre elas, inviabilizando o exercício pleno do direito à educação. O trabalho doméstico e de cuidado, embora não reconhecido como labor formal, interfere diretamente na trajetória profissional e acadêmica das mulheres, funcionando como um entrave à sua autonomia.

Dois anos depois decidi voltar a estudar, fiz novamente o vestibular. Porém, fui para o curso de Educação do Campo na Universidade Federal do Tocantins (UFT), na cidade de Tocantinópolis-TO. O ano era 2016, iniciei com tudo, super animada! Meus filhos já estavam frequentando a Escola regular: o Gabriel no Jardim I e a Evellyn no Maternal I, no turno matutino. À tarde, eles ficavam com minha mãe, pois o curso de Educação do Campo era de tempo integral, em períodos letivos de alternância: o Tempo Universidade, onde ficávamos estudando, presencialmente, na Universidade durante o dia, por 15 dias consecutivos; e o Tempo Comunidade, onde ficávamos por 15 dias em casa, fazendo trabalhos acadêmicos e planejamentos, para apresentarmos quando retornássemos para o Tempo Universidade.

Fiquei nessa rotina por dois semestres, mas não foi nada fácil. Muitas vezes levei os dois filhos para sala de aula por não ter com quem ficar e minha concentração era zero durante o conteúdo ministrado. Às vezes minha mãe viajava, consultava ou até mesmo ficava doente e não podia ficar com os meus filhos. O curso tinha várias atividades de campo, e como meus filhos eram pequenos não era possível levá-los, o que me obrigava a ficar em casa com eles. Eu chegava atrasada às aulas com frequência, ficando com faltas, pois levava as crianças para a

escola. Um professor homem, mesmo ciente da situação, não aceitava minha justificativa, revelando pouca empatia com minha condição de mãe estudante.

Esse episódio reflete não apenas a ausência de políticas institucionais eficazes para a permanência de mães na Universidade, mas também a reprodução de uma cultura acadêmica marcada pelo adultocentrismo e pelo sexismo. A lógica universitária ainda opera sob pressupostos que desconsideram as múltiplas jornadas das mulheres, especialmente daquelas que exercem a maternidade. A recusa do docente em compreender a situação de uma mãe estudante reitera a naturalização de uma suposta “neutralidade” acadêmica que ignora as intersecções entre gênero, maternidade e direito à educação.

Na época, houve um professor que começou a me oprimir devido aos atrasos no início da disciplina ministrada por ele. A Creche que minha filha frequentava iniciava o acolhimento às 07:30 da manhã e a aula na Educação do Campo iniciava no mesmo momento. Para o professor, o momento de início da aula era o mais importante, quando eu chegava atrasada ele chamava minha atenção na frente dos colegas. Passei na disciplina com a nota acima da média, mas no resultado final fiquei reprovada por frequência. Logo, desisti do curso!

Esse tipo de constrangimento público e falta de flexibilidade revela o quanto as instituições de ensino ainda não estão preparadas para lidar com as especificidades das alunas-mães. A maternidade não é um obstáculo à formação por si só, mas torna-se um fator de exclusão quando não há suporte institucional e empatia por parte da comunidade acadêmica (Santos, 2020; Carpes et al., 2022).

A minha rede de apoio sempre foi minha mãe. Meu esposo trabalhava em outra cidade e ficava o dia todo fora de casa. Os parentes paternos não colaboraram com o cuidado e repetiam para mim o famoso ditado popular: “Quem pariu Mateus que mantenha e embale”! Por esse motivo sempre foi minha família de origem que me apoiava e ajudava nos cuidados com meus filhos.

A frase popular citada aqui condensa um imaginário social que reforça a responsabilização exclusiva da mulher pelo cuidado com os filhos, ao mesmo tempo que escancara a negligência das obrigações parentais masculinas (Kergoat, 2016; Biroli, 2018; Federici, 2019). Esse imaginário é alimentado por uma lógica patriarcal e capitalista que mantém a maternidade atrelada à renúncia individual, silenciando os direitos da mulher à

partilha de responsabilidades entre os homens e a criação de políticas públicas de apoio à maternidade por parte do Estado e das empresas privadas.

Meu esposo sempre trabalhou em empregos formais, com Carteira de Trabalho assinada, então sua rotina era de 8 horas trabalhadas todos os dias. Quando chegava do trabalho, às vezes me ajudava com os afazeres do lar e com os filhos, mas o cansaço dele era nítido e eu não incomodava. “Mãe não cansa”, diz o ditado popular, logo meu cansaço era invisibilizado. As dificuldades financeiras também eram constantes! Após o trancamento do curso, fui trabalhar na área da saúde, como Técnica em Enfermagem e contratei uma pessoa (outra mulher) para me ajudar no horário que meus filhos estavam em casa. Esperei os meus filhos ficarem mais independentes para eu retomar os estudos.

No segundo semestre do ano de 2018, fiz um extravestibular na UFT para a mudança interna de curso, onde fui aprovada para o curso de Pedagogia. Comecei a concretizar o sonho da minha infância, ser professora! Nesse curso me identifiquei bastante. Na época do meu retorno na UFT Tocantinópolis, estava se instalando a Brinquedoteca Mário de Andrade, laboratório do curso de Pedagogia, sob coordenação da professora Zian Karla Vasconcelos Barros. No espaço havia monitoras do curso de Pedagogia que acompanhavam as crianças enquanto as mães estudantes estavam na sala de aula, o que me ajudou bastante.

Estava indo tudo bem até a ocorrência de uma Pandemia Mundial, iniciada no final de 2019, provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 que causava infecção respiratória, a qual ficou conhecida como COVID 19. Diante da pandemia, foram adotadas medidas sanitárias em nível mundial: isolamento social, uso de máscaras, higienização das mãos, limpezas e desinfecção dos ambientes. Na área da Educação, o Brasil adotou o ensino remoto para continuação dos processos educacionais. Em função deste contexto, tive que voltar a trabalhar em função da requisição de profissionais na área da saúde e como não consegui conciliar estudos, trabalho doméstico e trabalho remunerado, tranquei o curso de Pedagogia. Nesta época, meu esposo ficou sem emprego, logo ele ficava em casa cuidando das crianças e eu fui trabalhar fora.

Fiz trancamento do curso de Pedagogia durante os períodos de 2020 até o final de 2021. Em 2022, retornei cursando poucas disciplinas. Durante e pós pandemia da COVID 19, desenvolvi um quadro de ansiedade por ter vivenciado os sofrimentos de outras pessoas, enquanto trabalhava no pronto socorro como Técnica de Enfermagem. Após o retorno à Universidade, não conseguia me envolver nas atividades acadêmicas, seja nas aulas, nos

projetos de extensão e pesquisa. Fiz acompanhamento psicológico até recuperar-me 100% e assim poder compartilhar os conhecimentos adquiridos.

Em 2023 foi me apresentado o PAPU (Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade), cujo objetivo é acolher os(as) filhos(as) dos(as) discentes, docentes e dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as), enquanto desenvolvem suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e/ou laborais, dentro da Universidade. As crianças são acolhidas e acompanhadas pelos(as) monitores(as) brincantes que desenvolvem brincadeiras e atividades lúdico-pedagógicas. Fiz minha inscrição e fui contemplada com uma bolsa de extensão do PAPU, cujo pagamento era realizado via DAEP, por dois anos (2023 e 2024).

Minha trajetória no Programa foi de muitos aprendizados: tive a oportunidade de dialogar com mães e pais, com as crianças, com os(as) colegas monitores(as), com as supervisoras do programa e com coletivos de mães de outras Instituições de Educação Superior (IES). Como mãe estudante, fui cadastrada no Programa, participando dos acolhimentos – momentos em que os pais realizam atividades acadêmicas na universidade enquanto seus filhos permanecem em um espaço destinado ao cuidado, acompanhados por monitores brincantes, que desenvolvem atividades lúdico-pedagógicas, brincadeiras e ações de socialização. Enquanto eu desenvolvia minhas atividades acadêmicas, meus filhos frequentaram esses acolhimentos. Eles também se beneficiaram da experiência: ao socializarem com outras crianças, conheceram novas brincadeiras, participaram de atividades criativas, tiveram contato com a cultura das crianças indígenas atendidas pelo programa e desfrutaram de um espaço seguro e acolhedor, do qual eram verdadeiramente apaixonados.

Portanto, as experiências como mãe estudante e como monitora brincante do PAPU despertaram o interesse pela pesquisa sobre a maternidade estudantil na Educação Superior e a importância da criação de políticas que apoiem a parentalidade, em específico, a maternidade. Logo, a utilização dessas experiências como fontes de discussão científica revela a potência da pesquisa situada, comprometida com a transformação social, e que reconhece o saber das vivências como ponto de partida legítimo para a produção do conhecimento.

3. O TRABALHO COMO MONITORA BRINCANTE NO PAPU: reflexões sobre as contribuições do programa

O Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) é um Programa vinculado à Coordenação de Gênero e Diversidade da Diretoria de Acessibilidade, Equidade e Políticas Afirmativas (DAEP)¹⁷ da Universidade Federal do Norte do Tocantins. O PAPU tem como objetivo geral acolher as famílias universitárias (estudantes de graduação e pós-graduação, servidores e terceirizados da UFNT com seus filhos), de diferentes configurações (heteroparentais; homoparentais; monoparentais femininas e masculinas; avós e netos; famílias indígenas e quilombolas, dentre outras) de modo a permitir a permanência e a progressão de discentes e servidores (as) na Universidade, enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas e/ou laborais (DAEP, 2025).

De forma específica, o programa tem como objetivos:

I - ofertar espaços físicos de acolhimento das famílias universitárias, tais como: Banheiro Família, Copa, Espaço Amamentação e Espaços de Acolhimento Infantil Lúdico Pedagógicos internos (Brinquedotecas) e externos (parquinhos naturalizados, jardim sensorial, dentre outros), em cada Centro e/ou Faculdade;

II - promover atividades lúdico-pedagógicas para as crianças que acompanham os estudantes de graduação e pós-graduação, servidores e terceirizados da UFNT enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas, administrativas e/ou laborais;

III - promover às famílias universitárias rodas de conversa, palestras, orientações individuais com objetivos de acolher a diversidade de famílias e promover reflexões acerca do exercício da parentalidade: direitos e deveres das famílias universitárias, estratégias para conciliar atividades acadêmicas com atividades de cuidado, desenvolvimento infantil e seus cuidados, saúde de cuidadores, dentre outras;

IV - promover formação continuada para Monitores Brincantes do programa acerca do acompanhamento lúdico-pedagógico das crianças e acompanhamento das famílias universitárias;

V - promover momentos de sensibilização para a comunidade acadêmica à respeito das Políticas de Apoio à Parentalidade na Universidade;

VI - criar e implementar em cada Centro Universitário da UFNT uma unidade do PAPU, com a infraestrutura necessária para o seu funcionamento;

VII - desenvolver pesquisas relacionadas à parentalidade na Educação Básica e Superior;

VIII - promover o acolhimento de crianças durante os eventos acadêmicos na Universidade, sejam de ensino, pesquisa, extensão, gestão e/ou inovação (DAEP, 2025).

¹⁷ UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. Diretoria de Ações Educacionais e Pedagógicas (DAEP). Disponível em: <https://ufnt.edu.br/daep/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Observa-se pelos objetivos que o PAPU vai para além do acolhimento de crianças durante as atividades acadêmicas e/ou laborais de estudantes e servidores da UFNT. O Programa envolve atividades de pesquisas sobre a infância, a maternidade, a paternidade, as relações de gênero, dentre outros; formação de monitores brincantes, professores e das famílias universitárias; além da estrutura física de acolhimento das famílias (banheiro família, espaço de amamentação e os espaços brincantes).

O PAPU iniciou-se na UFNT, no ano de 2022, após um movimento em prol de políticas de apoio à parentalidade na Universidade. Após debaterem sobre o tema da parentalidade, observaram que as mulheres mães estudantes eram o grupo mais vulnerável. Após a criação do GT de Políticas de Apoio à Parentalidade pela DAEP/UFNT, as ações foram se consolidando com o PAPU, enquanto um programa institucional que apoia as famílias universitárias. O movimento se consolida com as articulações com outros coletivos de mães em nível nacional e com as pesquisas sobre as relações de gênero e parentalidade (Bernardes; Oliveira; Silva, 2024).

Em 2023, após ouvir muitos comentários positivos sobre um novo programa de extensão que estava sendo iniciado, decidi me inscrever no PAPU. O processo seletivo era composto por duas etapas: inscrição e entrevista. Durante a entrevista, fui questionada sobre minha experiência com crianças. A minha resposta, espontânea e verdadeira, foi: “*Eu sou mãe de dois!*” Em seguida, mencionei que também havia atuado como professora em uma escola particular da cidade durante dois anos. Fui aprovada nas duas etapas e fiquei extremamente feliz, pois teria a oportunidade de integrar um programa de grande relevância não apenas para mim, mas também para as famílias universitárias, que encontrariam ali um espaço de acolhimento e apoio.

No dia 8 de maio de 2023, iniciei oficialmente minha participação no programa, por meio da parceria entre o PAPU (Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade) e a LEMEC/FAPTO, com recebimento de bolsa no valor de R\$ 700,00 reais. Atuei como monitora brincante no PAPU durante os anos de 2023 e 2024.

No entanto, para fins desta monografia, abordarei exclusivamente as experiências vivenciadas no ano de 2023. Nesse período, tive momentos marcantes de aprendizado e troca de saberes, além de participar de eventos e receber premiações que reforçaram minha identificação com o programa e sua importância na minha formação pessoal e profissional.

3.1 Contribuições do PAPU para as famílias universitárias no CEHS

Um dos objetivos específicos do PAPU é ofertar espaços físicos de acolhimento das famílias universitárias, tais como: Banheiro Família, Copa, Espaço Amamentação e Espaços de Acolhimento Infantil Lúdico Pedagógicos internos (Brinquedotecas) e externos (parquinhos naturalizados, jardim sensorial, dentre outros), em cada Centro e/ou Faculdade (DAEP, 2025).

No CEHS, na Unidade Babaçu, foram criados em 2023, o Banheiro Família contendo fraldário, cubas com chuveiro quente para higienização das crianças, sanitários infantis e sanitário PcD (Pessoa com Deficiência); a copa e o espaço amamentação (pia, frigobar, micro-ondas, cadeiras para amamentação, carrinho de bebê, bebê conforto, berço infantil dobrável). A Brinquedoteca Mário de Andrade, laboratório do curso de Pedagogia, foi reformada e adaptada para o acolhimento das crianças que acompanham as famílias cadastradas no PAPU (Figura 01).

Figura 01: Espaços físicos de acolhimento das famílias universitárias no CEHS/UFNT.



Fonte: arquivos pessoais e do PAPU.

Durante o ano de 2023, foram acolhidas 25 famílias, de todos os cursos do Centro Universitário de Tocantinópolis (Direito, Educação Física, Educação do Campo, Ciências Sociais e Pedagogia). Foram acolhidos (as) filhos(as) de docentes, discentes e famílias que moram na comunidade, no entorno da Universidade. Das famílias acolhidas pelo PAPU: três (03) eram de docentes; onze (11) do curso de Pedagogia, havendo uma família indígena Xerente; quatro (04) do curso de Direito, uma (01) do curso de Educação Física; três (03) da Educação do Campo, havendo uma família indígena Apinajé; uma (01) do curso de Ciências Sociais e duas (02) da comunidade externa à UFNT. O turno com maior acolhimento das famílias sempre foi no período noturno, das 18h30min às 21h45min, em função da maioria dos cursos acontecerem à noite.

A configuração das famílias acolhidas no PAPU em 2023 são predominantemente heteroparentais, houve relato de apenas duas famílias monoparentais (mãe solo), uma no curso de Pedagogia e outra entre docentes. As famílias, em termos de cor/raça, se identificam como brancos e pardos, sendo a cor parda a mais frequente. Há também duas famílias indígenas, das etnias Apinajé e Xerente.

Quadro 01: Perfil das famílias acolhidas no PAPU CEHS 2023.

Vínculo UFNT	Nº de famílias	Configuração familiar	Cor/raça	Nº de filhos	Principal responsável
Pedagogia	11	Heteroparental Monoparental	Pardos, Indígena/Xerente	1 a 2	Mãe
Direito	04	Heteroparental	Pardos	1 a 2	Mãe/Pai
Educação Campo	03	Heteroparental	Branças Indígena/Apinajé	1 a 2	Mãe
Educação Física	01	Heteroparental	Pardos	2	Mãe
Ciências Sociais	01	Heteroparental	Pardos	2	Mãe
Docentes	03	Heteroparental Monoparental	Branças	1	Mãe
Comunidade externa	02	Heteroparental	Branças Pardos	1 a 2	Mãe

Fonte: arquivos PAPU CEHS.

As famílias acolhidas em 2023 possuem entre 1 a 2 filhos(as), havendo quinze (15) famílias com um filho(a) e dez (10) famílias com dois filhos (as). Os principais responsáveis pelos cuidados com as crianças foram as mães. Observa-se que as mulheres são as principais cuidadoras, reforçando as estatísticas do IBGE (2024) que o nível de ocupação das mulheres adultas (25 a 54 anos) é diretamente afetado pela atividade de cuidados de crianças nos domicílios.

A literatura demonstra que as mulheres mães têm suas trajetórias de vida, profissionais e de participação política, impactadas pelo tempo cronológico e emocional dedicado a esse papel social (Kergoat, 2016; Biroli, 2018; Federici, 2019; Santos, 2020).

[...] A divisão sexual do trabalho permeia os arranjos, articulada a outros fatores que posicionam e abrem ou restringem as alternativas: mulheres cuidam e são afetadas em suas trajetórias por estarem posicionadas como cuidadoras; cuidam em condições diversas, dependendo de sua posição de classe, em relações conformadas pelo racismo estrutural e institucional. (Biroli, 2018, p.40).

Conforme Flávia Biroli (2018), as mulheres cuidam em contextos e condições diversas. Elas cuidam não apenas de crianças, mas de idosos, pessoas com deficiência, pessoas que adoecem e adultos produtivos. Os arranjos ou configurações ou composições familiares das mulheres também influem no cuidado, mães solas, por exemplo, assumem mais atividades de cuidado do que, talvez, mulheres em famílias heteroparentais que possuem ou não filhos e que possuem redes de apoio.

Essa realidade se insere na lógica capitalista que desvaloriza o trabalho reprodutivo e não remunerado, delegando às mulheres — especialmente às mais vulneráveis — a responsabilidade por sustentar, com seu tempo e energia, funções fundamentais para a manutenção da vida social. O sistema econômico dominante naturaliza essa sobrecarga, ao mesmo tempo em que extrai dela um benefício indireto: mulheres que cuidam gratuitamente garantem que outras pessoas (homens, crianças, idosos) estejam em condições de produzir ou consumir, sem que o Estado ou o mercado precisem investir nesse cuidado (Federici, 2019).

As condições do cuidado afetam as mulheres de maneiras diferentes, conforme sua classe social e a vivência de racismo estrutural e institucional. Essa centralidade no cuidado para as mulheres, muitas vezes invisibilizada, reforça desigualdades e limita oportunidades, especialmente para mulheres negras e periféricas (Biroli, 2018).

Outro objetivo específico do PAPU é promover às famílias universitárias rodas de conversa, palestras, orientações individuais com objetivos de acolher a diversidade de famílias e promover reflexões acerca do exercício da parentalidade: direitos e deveres das famílias universitárias, estratégias para conciliar atividades acadêmicas com atividades de cuidado, desenvolvimento infantil e seus cuidados, saúde de cuidadores, dentre outras (DAEP, 2025).

O PAPU promoveu várias ações extensionistas no decorrer do ano de 2023. Uma dessas ações aconteceu no mês de outubro, no dia 21/10/2023, para comemorar o dia das crianças (Figura 02). O encontro foi denominado I Encontro de Famílias do CEHS, no qual as famílias universitárias e da comunidade reuniram-se com o propósito de compartilhar momentos lúdicos de integração com brincadeiras, músicas, contação de histórias, teatro, pinturas indígenas, esportes, ginástica, aferição de pressão arterial e teste glicêmico, lanche, dentre outros.

Figura 02: I Encontro de Famílias do CEHS, 2023.



Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

Outra ação com as famílias universitárias foram as Rodas de Conversa com as mães estudantes da graduação e pós-graduação, que, em sua maioria, são as principais responsáveis pelo cuidado das crianças. Trata-se de um grupo que, frequentemente, enfrenta condições de maior vulnerabilidade dentro da Universidade, especialmente quando está grávida, lactante e/ou possui filhos pequenos, com ou sem deficiência. A vivência compartilhada nesses espaços evidencia as barreiras enfrentadas por essas mulheres no cotidiano acadêmico e a ausência de políticas institucionais sensíveis à sua realidade. Bernardes, Oliveira e Silva (2024) explicam que criar políticas de apoio à parentalidade possui caráter inovador na oferta de serviços que possibilitem equidade de gênero no acesso e permanência na formação inicial. Assim, ações como as Rodas de Conversa tornam-se espaços fundamentais para acolhimento, escuta e reivindicação de direitos, fortalecendo redes de apoio e promovendo debates sobre permanência estudantil com perspectiva de gênero.

A figura 03 mostra a roda de conversa que compõe o Chá das Famílias, realizada dia 28 de setembro de 2023, de forma híbrida (presencial e online) com estudantes, docentes e técnicas-administrativas da UFNT de Araguaína e Tocantinópolis. O tema foi conciliando a maternidade e os estudos com as palestrantes Karen Suelen (graduanda em Música pela UFPA, mãe, militante no Coletivo Mães Universitárias pela Permanência na UFPA) e Vanessa Suany (antropóloga, mãe, mulher negra, militante na AMPET - Associação de Mães Pesquisadoras Estudantes e Trabalhadoras). A Vanessa falou da criação da política de apoio à maternidade que estava sendo construída na UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina na cidade de Florianópolis e a Karen sobre o movimento de mães estudantes em prol de políticas na UFPA - Universidade Federal do Pará, na cidade de Belém. As duas destacaram a importância da rede

de apoio à maternidade, seja pela Universidade, os(as) colegas, amigos e os familiares para conseguirem conciliar os estudos com a maternidade.

Figura 03: Chá das Famílias Universitárias, 2023.



Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

Outra ação do PAPU com as famílias universitárias é a promoção do acolhimento de crianças durante os eventos acadêmicos na Universidade, sejam de ensino, pesquisa, extensão, gestão e/ou inovação (DAEP, 2025).

A figura 04 mostra a equipe de monitores(as) brincantes e o acolhimento de crianças durante o TEIA - UFNT, em 2023, na cidade de Araguaína-TO. O TEIA é um evento científico denominado Seminário Integrador Ciência e Sociedade, de periodicidade anual, que visa divulgar os programas e projetos de pesquisa, extensão, ensino e inovação realizados na Universidade, além de integrar a comunidade do meio norte do Tocantins.

Figura 04: PAPU itinerante no TEIA - UFNT, 2023.



Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

Uma das principais contribuições do PAPU para as famílias universitárias é ser rede de apoio às mães e pais estudantes ao realizar o acolhimento das crianças, permitindo que possam vivenciar as atividades acadêmicas, principalmente, de ensino. Silva et al. (2024) demonstram

com a fala de uma discente mãe e acolhida pelo PAPU: “[...] com o PAPU, pude trazer meus filhos em 2023. Hoje, eles ficam todos os dias no período noturno na brinquedoteca, enquanto eu e meu esposo estudamos. Então, isso ajuda muito as famílias indígenas como nós e outras mães [...]”.

3.2 Contribuições do PAPU para as crianças acolhidas

De forma específica, o PAPU busca promover atividades lúdico-pedagógicas para as crianças que acompanham os estudantes de graduação e pós-graduação, servidores e terceirizados da UFNT enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas, administrativas e/ou laborais (DAEP, 2025).

No ano de 2023, o acolhimento regular das crianças iniciou em agosto. Foram acolhidas no PAPU CEHS trinta e seis (36) crianças, sendo 15 meninas e 21 meninos, com faixa etária entre 1 ano e 3 meses¹⁸ a 11 anos de idade. Trinta (30) foram filhos(as) de discentes, três (3) de docentes e três (3) da comunidade que residem em torno da Universidade.

Das 36 crianças, duas (2) possuíam o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) com necessidade de suporte nível 1 e nível 3. A criança com necessidade de suporte nível 1 conseguiu permanecer no acolhimento com monitoras(es) brincantes algumas vezes, mas a criança com necessidade de suporte nível 3 não permanecia sozinho na Brinquedoteca, apenas com a presença da Tia ou, na maioria das vezes, retirava algum brinquedo e permanecia com a mãe em sala de aula. Nessa situação vimos que o PAPU precisa criar novas metodologias de acolhimento que incluam as crianças com necessidades especiais nos espaços brincantes.

Além das crianças com TEA, o PAPU acolheu quatro (4) crianças indígenas, sendo duas da etnia Apinajé e duas da etnia Xerente. Houve dificuldades no acolhimento das crianças indígenas em função da comunicação entre crianças e os(as) monitores(as) brincantes, pois as mesmas falam a língua materna até os seis anos de idade. Apenas as duas crianças Xerente permaneceram no acolhimento, uma vez que eram irmãos: o irmão de 7 anos, que já falava a Língua Portuguesa, ajudava a irmã de 3 anos durante a mediação com os(as) monitores(as) brincantes. A situação demonstra a necessidade de preparação do PAPU para acolher as crianças indígenas, dialogando na sua língua e cultura.

¹⁸ Conforme Regimento do PAPU (DAEP, 2025), em elaboração, a faixa etária mínima de crianças para o acolhimento nos espaços brincantes é de três anos de idade. Abaixo dessa faixa etária precisa de acompanhante particular. No caso desta criança de 1 ano e 3 meses ela vinha acompanhada do pai ou da mãe.

O acolhimento das crianças foi realizado no período diurno e noturno, na Brinquedoteca Mário de Andrade (Unidade Babaçu) e Ciranda Infantil (Unidade Centro), com maior demanda no período noturno das 18h30 às 21h30min na Unidade Babaçu, em função da maioria dos cursos acontecerem no período noturno e neste local.

O acolhimento foi realizado por monitoras(es) brincantes, bolsistas e voluntários, que eram estudantes dos cursos de graduação do CEHS/UFNT. A monitoria foi realizada em duplas e seguia uma escala semanal de trabalho. Todas as segundas-feiras, participamos de reuniões de planejamento, onde discutimos as atividades da semana e eventuais intercorrências, além de oficinas de formação continuada.

Figura 05: Escala de trabalho dos monitores brincantes, 2023.



ATIVIDADES PAPU TOCANTINÓPOLIS
 30 out a 03 nov 2023

SEGUNDA		TERÇA		QUARTA		QUINTA		SEXTA	
		Brinquedoteca	Ciranda	Brinquedoteca	Ciranda	Brinquedoteca	Ciranda	Brinquedoteca	Ciranda
Manhã 8h - 11h		Mariana Gabriela		Mariana Gabriela Kessya		FERIADO		Evânia Silviane	
Tarde 14h - 17h	Reunião de planejamento								
Noite 18h30min - 21h30min		Bruno Sandra Melke		Sandra Kessya Helber		FERIADO		Bruno Melke Helber	

APOIO:



COORDENAÇÃO PAPU TOCANTINÓPOLIS:
 Profa. Dra. Carlene Freitas (34) 99214-2280
 Ma. Ana Rosa Oliveira (63) 98127-0226

Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

O acolhimento iniciava com a chegada das crianças a partir das 18h30. Neste momento, as(os) monitoras(es) dava as boas-vindas, anotava o nome da criança no formulário de monitoria e a sala onde ficaria a mãe ou o pai, caso precisasse chamá-los em função de alguma intercorrência.

Após as boas-vindas, iniciava-se o momento de livre brincar, onde as crianças escolhiam suas brincadeiras e brinquedos preferidos como: casinha, pular elástico, corda, UNO, dama, xadrez, dominó, carrinhos, bonecas, bola, entre outras, sempre com orientação e acompanhamento das(es) monitoras(es).

Às 20h, fazíamos uma pausa para o lanche, que ocorre do lado de fora da sala, em um espaço com mesas e bancos. O lanche era administrado pelos próprios pais: algumas crianças traziam lanche de casa, outras compravam no local (quando haviam vendedores) com o acompanhamento dos pais. Havia crianças que compartilhavam o lanche com os coleguinhas, promovendo um momento de convivência e solidariedade.

Das 20h15min até às 21h30min, desenvolvemos atividades lúdico-pedagógicas, previamente planejadas entre monitores e supervisão do PAPU. Das atividades por mim propostas, destacam-se: jogo da memória, bingo em Libras, xadrez, teatro, circuitos com trajetos e equilíbrio, jogos de montagem de palavras, futebol na quadra ou no campo, jogos matemáticos, contação de histórias, além de momentos de leitura individual ou em grupo, entre outras propostas.

Ao final do acolhimento, organizamos o espaço junto com as crianças, devolvendo todo o material lúdico-pedagógico aos seus lugares. Essa rotina garante a organização do ambiente para o próximo dia de atividades, além de sinalizar para as crianças a finalização do acolhimento. As crianças eram entregues exclusivamente às mães ou responsáveis que as deixavam no local, garantindo a segurança e o cuidado com cada uma delas, não permitindo a retirada por terceiros não autorizados ou desconhecidos.

As imagens da Figura 06 demonstram algumas das atividades lúdico-pedagógicas e brincadeiras¹⁹ que promovemos durante a monitoria no ano de 2023. Na primeira imagem, vemos a brincadeira do equilíbrio do balão, em que cada criança precisava manter o próprio balão no ar sem deixá-lo cair, ao mesmo tempo em que ajudava o coleguinha a fazer o mesmo, tudo isso enquanto a música tocava, exigindo atenção e cooperação. Na segunda imagem, estou em um momento de contação de história, na qual após ouvirem a história, as crianças eram incentivadas a recontá-la por meio de teatro, mímica, dança ou explicando com suas próprias palavras o que entendeu da história, promovendo a criatividade, a interpretação e a compreensão do texto. Já na última foto, aparece um dos jogos preferidos do grupo: o jogo de memória, essa atividade foi bastante solicitada por eles nos dias em que eu estava como

¹⁹ Compreendemos **Brincadeiras** como atividades espontâneas, movidas pelo prazer, ora escolhidas pelas crianças ou monitores e a **Atividade lúdico-Pedagógica**, que podem incluir brincadeiras ou jogos, são planejadas pelos monitores brincantes com objetivos específicos de desenvolvimento, onde o monitor atua mediando, guiando e estimulando a aprendizagem.

monitora, o que exigia deles concentração e memorização para encontrar os pares corretos entre as imagens.

Figura 06: Atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas durante o acolhimento em 2023.



Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

Tivemos muitos momentos ricos e significativos de aprendizado por meio de atividades lúdico-pedagógicas e brincadeiras, que estimulou o desenvolvimento integral das crianças: físico, cognitivo e psicossocial. Papalia e Feldman (2013, p. 37) explicam que “[...] o crescimento do corpo e do cérebro, as capacidades sensoriais, as habilidades motoras e a saúde fazem parte do desenvolvimento físico. Aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade compõem o desenvolvimento cognitivo. Emoções, personalidade e relações sociais são aspectos do desenvolvimento psicossocial [...].”

As atividades realizadas durante a monitoria foram anotadas, diariamente, em formulário de registro da monitoria criado pelo programa conforme a Figura 07, que possui campos específicos para o preenchimento de informações essenciais: a data e o local que está correndo a monitoria; os nomes dos monitores brincantes responsáveis pelo dia de atividade; o nome das crianças participantes, o telefone e a sala de aula dos responsáveis para contato em caso de possíveis intercorrências; descrição das brincadeiras e atividades lúdico-pedagógicas desenvolvidas; e o registro de intercorrências (acidentes, indisciplina, alteração da saúde, dentre outras) com as crianças.

Figura 07: Formulário de Monitoria do PAPU, 2023.

REGISTRO MONITORIA PAPU - ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS

LOCAL: Brinquedoteca Mário de Andrade

Data: 06.10.23 Horário: 08h às 11h Sexta-feira

Monitoras Brincantes: Evânia Silva e Silviane Saraiva

Nº	NOME CRIANÇA	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
01	<u>José Murilo - 3 anos - sub 01</u>	<u>- Dominó com as palavras</u> <u>- Leitura compartilhada</u> <u>- Boliche</u> <u>- Pinturas com tinta guache</u> <u>- UNO</u> <u>- Quebra-cabeça</u> <u>- Livre Brincar</u>
02	<u>Kelly Vitória - 7 anos - sub II</u>	
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		
13		
14		
15		

INTERCORRÊNCIAS

Sem intercorrência

Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

Na Figura 07, encontra-se o Registro de Monitoria do PAPU – Acolhimento de Crianças, referente ao dia 6 de outubro de 2023. O acolhimento ocorreu das 8h às 11h, no espaço Brinquedoteca Mário de Andrade, sob a responsabilidade das monitoras brincantes Evânia Silva e Silviane Saraiva. Estiveram presentes duas crianças: José Murilo de 3 anos e Kelly Vitória de 7 anos. É importante destacar que nem sempre as crianças eram as mesmas, pois, eventualmente, apareciam crianças que não estavam inscritas no programa, mas eram acolhidas da mesma forma que as demais. Durante o período, foram desenvolvidas atividades lúdico-pedagógicas, como dominó com palavras, leitura compartilhada, pintura com tinta guache, boliche, jogo de UNO, quebra-cabeça e o livre brincar. As atividades transcorreram sem intercorrências.

Uma das contribuições mais significativas que podemos destacar foi a rica interação intercultural e social, especialmente de duas crianças indígenas Xerente. No início de nossa atuação no espaço, essas crianças apresentavam interações bastante limitadas, brincavam de forma isolada e se comunicavam apenas em sua língua materna, o que tornava difícil a compreensão. Durante a monitoria, tivemos formação continuada sobre a cultura e as brincadeiras do povo Xerente com dois estudantes dessa etnia, um do curso de Pedagogia e outro da Educação Física. Apesar de não aprendermos a Língua Materna do povo Xerente, esse processo de aproximação e troca não só fortaleceu os laços entre as crianças e os(as) monitores(as) brincantes, como também promoveu um ambiente mais inclusivo. As experiências demonstram a importância da preparação do PAPU para o acolhimento de crianças de diferentes etnias.

3.3 Contribuições do PAPU para as(os) monitoras(es) brincantes

Um dos objetivos do PAPU é promover formação continuada para Monitores Brincantes do programa acerca do acompanhamento lúdico-pedagógico das crianças e acompanhamento das famílias universitárias (DAEP, 2025).

No ano de 2023, a equipe do PAPU foi composta por 10(dez) monitores(as) brincantes, bolsistas e voluntários, estudantes em nível de graduação do Centro Universitário de Tocantinópolis: 02 estudantes da Educação do Campo, sendo um deles do povo Apinajé; 04 estudantes da Educação Física; e 04 do curso de Pedagogia. Dentre eles, oito eram mulheres e dois homens. A equipe contou com uma supervisão local no CEHS/UFNT desempenhada pela profa. Dra. Carliene Freitas da Silva Bernardes e a coordenação geral do PAPU na DAEP desempenhada pela servidora administrativa, Ma. Ana Rosa Carvalho. Na Figura 08, mostra oito monitores brincantes, a supervisora local e a coordenação geral do PAPU.

Figura 08: Equipe parcial de monitores brincantes em conjunto com a coordenação e supervisão do PAPU CEHS, 2023.



Fonte: arquivo pessoal e do PAPU.

No decorrer das monitorias durante o ano de 2023 tivemos várias oficinas de formação continuada sobre os temas: Oficina de Arte com Ribamar Apinajé; Conhecendo um Pouco da Cultura Xerente; Jogos e Brincadeiras Teatrais com profa. Aia Oro Iara.

Na Figura 09 destacamos algumas das oficinas que tivemos, dentre elas: “Oficina de Arte com o Mestre Ribamar Apinajé”, na qual ele é Ancião da Aldeia Aldeinha, conhecido por sua trajetória como caçador, liderança comunitária e por sua atuação familiar e comunitária que inspira respeito e admiração entre os seus. Com sua voz carregada de memórias e sabedoria,

compartilhou conosco fragmentos de sua trajetória. Durante a oficina, ele nos ensinou a confeccionar apitos delicados, feitos da palha do coqueiro babaçu, um saber ancestral passado de geração em geração. Ribamar também nos mostrou como são fabricadas as lanças utilizadas nas caçadas e pescarias de seu povo. Encerrando com brilho e leveza, apresentou brincadeiras e jogos tradicionais, vividos com alegria em celebrações festivas, como corrida da tora, circuito da varinha, cabo de guerra, canela de pau, entre outras. Foi mais do que uma oficina: foi uma vivência de transmissão intergeracional de saberes, marcada pela oralidade, pela corporeidade e pela resistência cultural dos povos originários.

Outra oficina, Figura 09, rica em saberes foi “Conhecendo Um Pouco da Cultura Xerente”, conduzida por Lidiane Xerente, discente do curso de Pedagogia e Edivan Xerente, discente de Educação Física. Com entusiasmo e pertencimento, eles compartilharam aspectos marcantes de sua cultura Xerente. Durante a oficina, apresentaram brincadeiras tradicionais como a pega-vareta, o tiro ao alvo com arco e flecha, a galinha e o gavião, corridas e outras práticas que fazem parte do cotidiano e das celebrações de seu povo. Também explicaram os significados e usos das pinturas corporais, detalhando como cada traço e cor se relaciona com rituais específicos, festividades ou fases da vida. Um ponto marcante foi a explicação sobre o processo linguístico das crianças Xerente: ao nascerem, se comunicam exclusivamente em sua língua materna, o Akwẽ, aprendendo o português apenas mais tarde, quando entram em contato com o ambiente escolar ou outras instâncias externas à aldeia. Essa oficina foi um verdadeiro convite à escuta sensível, ao respeito e à valorização da diversidade cultural viva dos povos originários.

Figura 09: Oficinas de formação de monitores brincantes. 2023.



Fonte: arquivo pessoal e da pesquisadora.

Todas as segundas-feiras realizávamos nossos encontros, presencialmente ou online pelo Google Meet, nos quais fazíamos o planejamento da semana que se iniciava. Nessas reuniões, produzíamos atividades lúdico-pedagógicas, debatíamos sobre os acontecimentos da

semana anterior, avaliávamos como foi a execução do planejamento, e, em alguns momentos, participávamos de oficinas ou de formações continuadas sobre jogos e brincadeiras. Nós, monitores, aprendemos muito uns com os outros por meio do compartilhamento de atividades e de diferentes formas de agir com cada criança. Às vezes, alguém compartilhava uma estratégia que funcionava bem com uma criança específica que não participava das atividades ou até mesmo participava demais e não colaborava com os demais, o que contribuía para o desenvolvimento de todos. Com as famílias, aprendemos a reconhecer e respeitar os diferentes contextos em que estão inseridas. Valorizamos seus ensinamentos e os limites por elas estabelecidos, compreendendo a importância do diálogo e da escuta ativa nesse processo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de um programa de apoio à parentalidade na UFNT foi de grande importância para garantir que servidores e, principalmente, os discentes tenham condições de permanecer e progredir na formação profissional e na carreira na Educação Superior, conciliando a vida privada e a vida pública. O PAPU não só beneficia os discentes, mas também a Universidade e a sociedade em geral, criando um ambiente mais inclusivo, permitindo que as famílias universitárias possam formar os futuros cidadãos brasileiros, contribuindo para a manutenção da espécie humana e da sociedade brasileira.

O programa visa reduzir barreiras, incentivar o desenvolvimento acadêmico e profissional de pais e mães na comunidade universitária e contribuir para a construção de uma cultura institucional que valorize a diversidade e a permanência acadêmica.

A implementação do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU) mostrou-se fundamental para promover inclusão, equidade de gênero e bem-estar na comunidade acadêmica do Centro Universitário de Educação, Humanidades e Saúde de Tocantinópolis/UFNT, indo de encontro com o PROPEPE – Programa de Apoio Parental na Educação preconizado pela PNAES (Brasil, 2024) para a permanência estudantil nas IES federais.

Observou-se que as mães discentes foram o grupo mais beneficiado com o PAPU, por um lado mostra que as mães são as principais cuidadoras dos filhos, logo o grupo mais vulnerável quanto à permanência na Universidade. Estudos futuros são necessários para

investigar a taxa de evasão, permanência e conclusão de mães e pais nos cursos do CEHS/UFNT, com a presença do PAPU.

Para a Universidade, o PAPU vem se consolidando como política educacional inovadora, demonstrando que o cuidado infantil e a formação superior podem caminhar lado a lado. O programa vem fortalecendo a diversidade e a cultura institucional de acolhimento, refletindo-se em ganhos para discentes e servidores da UFNT.

Como monitora brincante, testemunhei o impacto positivo do PAPU: rede de apoio às mães para participarem das atividades acadêmicas; estímulo ao desenvolvimento profissional de monitores brincantes, complementando sua formação acadêmica quanto ao ensino, pesquisa e extensão; manutenção do vínculo entre as crianças e seus familiares; construção de uma cultura que valoriza a diversidade e reconhece a parentalidade como componente legítimo da experiência universitária.

Em suma, a criação do PAPU reafirma o compromisso da Universidade com a igualdade de oportunidades e aponta caminhos para que instituições de Ensino Superior ofereçam a todas as pessoas, independentemente de suas responsabilidades familiares, condições plenas de atingir seu potencial acadêmico e contribuir com a sociedade.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Carliene Freitas da Silva; OLIVEIRA, Ana Rosa Carvalho de; SILVA, Bruna de Souza. Políticas de Apoio à Parentalidade na UFNT: construindo redes para a permanência materna na região norte. In: *IV Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em:

<https://doity.com.br/anais/ivsimpliosomaternidadeeciencia/trabalho/367045>. Acesso em: 24 mar. 2025 às 09:49.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo; Boitempo, 2018.

BRASIL. *Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024*. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 28 julho 2025.

BRASIL. *Manual orientador sobre diversidade*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. Diretoria de promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1325>. Acesso em: 28 julho 2025.

CARPES, Pâmela Billig Mello et al. Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/c7TkCBBBsYtF7nhnsDmZ83n/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2023.

CARVALHO, Dorecy Dias Aguiar. A permanência dos estudantes indígenas da UFT: 10 anos após a implantação das cotas. In: SILVA, Reijane Pinheiro. *Povos Indígenas do Tocantins: desafios contemporâneos*. Reijane Pinheiro da Silva. 1ª reimpressão. Palmas: Nagô Editora, 2020, p. 101-130.

DIAS, Mayra Cristina Sousa et al. Influência do brincar no desenvolvimento das crianças no PAPU: um estudo de caso. In: *TEIA UFNT 2024 - UFNT, 2025*. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/teia2024/trabalho/417144>. Acesso em: 13/05/2025 às 10:43.

DIRETORIA DE ACESSIBILIDADE, EQUIDADE E POLÍTICAS AFIRMATIVAS - DAEP. *Minuta do Regimento do Programa de Apoio à Parentalidade na Universidade (PAPU)*. Universidade Federal do Norte do Tocantins: DAEP, 2025.

DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 173-178.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FREIRE, Joel Borges et al. Acolhimento infantil no PAPU Tocantinópolis: a quem beneficia? In: *TEIA UFNT 2024 - UFNT, 2025*. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/teia2024/trabalho/417257>. Acesso em: 13/05/2025 às 10:42.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 3 ed. Brasília: IBGE, 2024, n.38. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066>. informativo.pdf. Acesso em: 05 dez. 2024.

KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do Trabalho e Relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice R. Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17-26.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; FLORES, Fábio Fernandes; ALMEIDA, Claudio Bispo de. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 60-77, out. 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792021000500060&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 março 2025.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth. D. *Desenvolvimento Humano*. Tradução Cristina Monteiro e Mauro de Campos Silva. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SANTOS, Pricila Kohls dos. *Permanência na educação superior: desafios e perspectivas*. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020.

SILVA, Evania Pereira da et al. Maternidade, estudos e as contribuições do PAPU: um relato das experiências em Tocantinópolis. In: *TEIA UFNT 2023 - Araguaína-TO*, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/teiaufnt2023/trabalho/334541>. Acesso em: 18/05/2025 às 07:02.

SILVA, Evânia Pereira da et al. Ser Mãe Indígena na UFNT: construindo redes de apoio com o PAPU. In: *IV Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência*, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/ivsimpliosomaternidadeeciencia/trabalho/367025> . Acesso em: 24 mar. 2025 às 09:55.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. *Resolução 05, de 22 de setembro de 2023*. Dispõe sobre a atualização, via ad referendum, do Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS). Araguaína: Consepe/UFNT, 2023. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/pedagogia-tocantinopolis/documentos/>. Acesso em: 11 junho 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS. *Resolução 04, de 04 de setembro de 2023*. Dispõe sobre a atualização, via ad referendum, do Projeto Pedagógico (PPC) do Curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Centro de Educação, Humanidades e Saúde (CEHS). Araguaína: Consepe/UFNT, 2023. Disponível em: <https://ufnt.edu.br/educacao-do-campo/educacao-do-campo-documentos/> . Acesso em: 23 junho 2025.